

Evangélicos à Esquerda diante da Alvorada Bolsonarista: O Caso das Eleições de 2020 e 2022 no Brasil

Evangelicals on the Left in the Face of the Bolsonaro Dawn: The Case of the 2020 and 2022 Elections in Brazil

*Christina Vital da Cunha¹ 

*João Luiz Moura² 

Resumo

Neste artigo temos como objetivo analisar o crescimento de evangélicos à esquerda diante da alvorada bolsonarista mediante uma investigação centrada nas eleições de 2020 e 2022 no Brasil. A Teologia da Libertação católica e a Teologia da Missão Integral foram o referencial de ação política de gerações de cristãos brasileiros entre os anos 1960-1990. A perspectiva materialista da história e o combate à desigualdade social eram as suas principais bandeiras de luta. Na atualidade, os referenciais de ação coletiva de evangélicos à esquerda combinam perspectivas marxistas com forte crítica ao iluminismo e ao universalismo que principalmente moldaram as ações das gerações anteriores. Os dados empíricos que sustentam nossas análises se baseiam em materiais de campanha, entrevistas com ativistas e candidatos e informações coletadas no TSE em uma pesquisa realizada em parceria entre o LePar/UFF, o ISER e a Fundação Heinrich Böll entre os anos de 2020 e 2022.

Palavras-chave: Evangélicos; política; esquerda; eleições 2020 e 2022; identidade.

Abstract

This article aims to analyze the growth of evangelicals on the left in the face of the Bolsonaro dawn through an investigation centered on the 2020 and 2022 elections in Brazil. Catholic Liberation Theology and Integral Mission Theology were the references for political action for generations of Brazilian Christians between the 1960s and 1990s. The materialist perspective of history and the fight against social inequality were the main points of struggle. Today, the references for collective action of evangelicals on the left combine Marxist perspectives with a strong critique of the Enlightenment and universalism that mainly shaped the actions of previous generations. The empirical data that underpins our analysis is based on campaign materials, interviews with activists and candidates and information collected from the Federal Electoral Court (TSE) in a survey carried out in a partnership between LePar/UFF, ISER and the Heinrich Böll Foundation between 2020 and 2022.

Keywords: Evangelicals; politics; left; 2020 and 2022 elections; identity.

¹ Universidade Federal Fluminense, Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFF, Niterói, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4867-1500>.

² Universidade de Brasília, Departamento de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UnB, Brasília, DF, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1869-9513>.

Introdução

O antropólogo Marcelo Camurça, em instigante artigo publicado em 1998, defendeu a importância da antropologia para a análise da esquerda no Brasil naquele período. Nesse sentido, valorizou as dimensões do imaginário, dos símbolos e dos rituais, contrapondo-se aos estudos que desconsideravam a subjetividade, os afetos e as místicas. Em suas palavras: “[...] grande parte da produção e análise da esquerda sobre suas próprias experiências está circunscrita à dimensão do político, à determinação do econômico, jamais levando em conta o existencial, o psicológico e o simbólico” (Camurça, 1998, p. 33). Essa limitação na abordagem sobre a política não estaria circunscrita nem à análise das esquerdas e nem ao Brasil (Kertzer, 1988, p. 3 *ap. ibid.*, p. 31). A negação de componentes emocionais na experiência política no período fazia parte de uma pedagogia. Ou seja, não por acaso os militantes não incluíam afetos em sua reflexividade. Nesse sentido, Jeannine Verdés-Leroux lembra que “o militante não gosta de falar de si, ou melhor, ele aprendeu a não falar de si. A disciplina comunista costuma censurar a dimensão íntima da existência, julgada secundária” (Verdes-Leroux, 1981, p. 37 *ap. ibid.*, p. 35). Passadas algumas décadas daquele período até as eleições estudadas nesta pesquisa, as subjetividades e as identidades se transformaram em capital político.

Neste artigo temos como objetivo analisar o crescimento de evangélicos à esquerda através de alguns coletivos e de candidaturas propostas nas eleições de 2020 e 2022. As abordagens que enfatizam a disparidade quantitativa entre conservadores e extremistas evangélicos e o segmento à esquerda perdem de vista articulações e estratégias vanguardistas e que se apresentam como cruciais para compreender a nova esquerda brasileira em um momento de transformações culturais e demográficas nas quais o segmento evangélico tem papel fundamental. Os dados empíricos que sustentam nossas análises foram produzidos no âmbito da pesquisa “Candidaturas de religiosos nas eleições de 2022: entre conservadorismos e progressismos no Brasil contemporâneo”³. Nela, acompanhamos a Bancada Evangélica Popular (BEP), o coletivo Cristãos Contra o Fascismo (CCF) e dois novos movimentos políticos e suprapartidários: o “Votar contra Bolsonaro É um Ato de Amor” e o Novas Narrativas Evangélicas. Durante as eleições de 2022, no período da transição de governo e no início do mandato de Lula, realizamos entrevistas com candidatos, candidatas, ativistas e articuladores dos movimentos investigados. Nossas análises resultam ainda de um banco de dados de candidaturas religiosas gerado pelo ISER com metodologia quantitativa de identificação da oferta de candidaturas em oito estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás)⁴. Além deste banco, outro foi produzido com base nos dados do TSE⁵ somente para as candidaturas em partidos de esquerda e centro-esquerda com vistas a refletir sobre os registros de nomes de urna religiosos⁶.

³ Um agradecimento especial a toda a equipe Religião e Política do ISER, aos membros do LePar – UFF, ao companheiro direto de trabalho nestas pesquisas, João Luiz Moura, e às parceiras na Fundação Heinrich Böll, Marilene de Paula e Annette von Schönfeld.

⁴ Levantamento realizado diretamente por Livia Reis, Matheus Pestana, Magali Cunha, Laryssa Owsiany Ferreira, João Luiz Moura e Luana Calvazara.

⁵ Realização de Luana Calvazara.

⁶ A presente proposta se insere num projeto mais amplo do ISER com três focos prioritários: mapeamento e análise de candidaturas evangélicas, católicas e afro-brasileiras em partidos identificados seja na mídia, seja na bibliografia especializada como de esquerda e centro-esquerda (PSB, REDE, PDT, PT,

Na primeira parte deste artigo, abordamos coletivos e atores religiosos em defesa da laicidade, democracia e justiça social, enfatizando algumas de suas estratégias políticas. Em um segundo momento, centramos nossas análises nos dados referentes à campanha eleitoral de 2022 e na participação específica de evangélicos. Na última parte, concluímos lançando algumas reflexões sobre o crescimento de sentimentos de antagonismo político extremado, chamado no contexto norte americano de calcificação, e sobre como isso revela e/ou se relaciona com novas formas de fazer política na atualidade.

A Defesa da Justiça Social, a Opção pelos Pobres e o Combate à Desigualdade Social entre Evangélicos no Brasil

A participação de evangélicos na política institucional brasileira data dos anos 1930. Inicialmente, tinha um perfil à esquerda, trabalhista, em defesa da liberdade religiosa, da laicidade do Estado e contra o ensino religioso nas escolas públicas. Esta foi a militância de Guaracy Silveira (PSB-SP), pastor metodista, eleito em 1933, participando, assim, da Constituinte em 1934. Encerrou seu mandato em 1935 e somente retornou ao Parlamento em 1945, após a ditadura Vargas (período chamado Estado Novo, 1937-1945). À época, elegeu-se pelo PTB-SP. Alguns anos depois, entre 1950 e 1964, período de grande efervescência político-social no Brasil, houve uma notável aproximação entre evangélicos e os movimentos populares (Burity, 2011). Em 1962, por exemplo, aconteceu a Conferência do Nordeste, uma iniciativa do Setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil. A Conferência tinha como tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro” e contou com a participação dos mais destacados intelectuais da época, como Celso Furtado, Gilberto Freyre e Paul Singer. Dentro das igrejas brasileiras houve uma forte reação ao evento e ao engajamento de lideranças evangélicas no intenso debate político da época. Como força intelectual destacaram-se os teólogos Richard Shaull e Rubem Alves. Shaull era teólogo presbiteriano, norte-americano, viveu no Brasil durante muitos anos, tendo sido professor no Seminário Teológico de Campinas/SP. Suas reflexões partiam da teologia para pensar os problemas sociais em diálogo com a teoria crítica marxista. Alves, teólogo e educador, trouxe pela primeira vez o termo “Teologia da Libertação” em sua tese de doutorado. Proximamente ocorreu o Golpe Militar (1964), suspendendo espaços de debate e militância outrora ativos no país. A maior parte das igrejas evangélicas brasileiras, assim como a Igreja Católica, apoiaram a conspiração que levou o Brasil ao

PSOL, PSTU, PV, PCdoB, UP) com base nos dados do TSE; mapeamento e análise da oferta de candidaturas religiosas nas mídias sociais em oito estados, cobrindo todas as regiões do país (criação de um banco de dados próprio do ISER). No caso do acompanhamento das candidaturas à esquerda, ao qual se destina o presente artigo, a metodologia reuniu instrumentos qualitativos e quantitativos de coleta e sistematização de dados. Um primeiro grupo de análise se debruça sobre coletivos cristãos à esquerda como o movimento Bancada Evangélica Popular, o coletivo Cristãos Contra o Fascismo, o movimento Um Ato de Amor e o Novas Narrativas Evangélicas. Um meticuloso acompanhamento das mídias sociais foi realizado nesse sentido. Uma segunda metodologia envolveu a realização de entrevistas em profundidade (algumas realizadas presencialmente, outras de forma remota), baseadas em roteiros semiestruturados, contando com a presença da coordenação (Christina Vital), da assistência de pesquisa (João Luiz Moura) e de colaboradores (alunos do LePar-UFF – Wallace Cabral e Suzanne Siqueira). Seguem abaixo os nomes dos entrevistados na etapa 2022 da pesquisa sobre evangélicos à esquerda: Tiago Santos (CCF), Samuel Oliveira (BEP), Henrique Vieira (Esperança e Um Ato de Amor), Nilva Valéria (FEED), Felipe Gibran (Reino em Pessoa), Daniel Silva Wanderley (Novas Narrativas Evangélicas).

Golpe de 1964. Não houve grande lamentação pela quebra da ordem democrática, nem quaisquer referências institucionais aos atentados aos direitos humanos dos que foram presos, torturados, cassados, exilados, desaparecidos e assassinados.

A "ameaça comunista" serviu como justificativa eficaz para as ações que levaram à ditadura militar, a qual deveria empreender uma "limpeza da nação" (Lacerda, 2022; Leite Ribeiro, 2021). Até as eleições que marcaram o retorno à ordem democrática e a redação da nova Carta Magna, o lema "crente não se mete em política" imperava entre evangélicos (Oro, 2005; Pierucci, 1996; Mariano; Pierucci, 1994; entre outros). No entanto, as concepções bíblico-teológicas que sustentavam essa máxima mudaram, e aos evangélicos passou a ser permitido (e até mesmo incentivado) o "abandono da mensagem da cruz" (Mariano, 1999) e o consumo de bens materiais, bem como a participação política, econômica e social. Embora o estímulo à participação na vida política tenha ocorrido também entre evangélicos à esquerda, "o pentecostalismo e os setores fundamentalistas do protestantismo histórico começaram a disputar este discurso de incentivo à participação evangélica na política para outro projeto de inserção cristã na esfera pública" (Trabuco, 2016, p. 464). O lema "irmão vota em irmão", cunhado por Josué Sylvestre e popularizado por Paul Freston, começou a se difundir em fins dos anos 1980. Segundo o cientista político Joanildo Burity, os resultados das eleições em 1986 "produziram abalos sísmicos no *establishment* político e intelectual brasileiro: os evangélicos triplicaram sua representação na Câmara Federal, e os pentecostais, de um só golpe, compuseram 60% da nova bancada. Em muitos sentidos, criou-se uma presença cercada de suspeitas ou rejeições por parte dos principais atores públicos (na política, na mídia e na academia)" (Burity, 2020, p. 202).

Sendo assim, líderes evangélicos de grande projeção se articulavam para a apresentação de candidaturas ao Legislativo (nacional, estadual e municipal), várias delas, vitoriosas. Eleição após eleição acompanhamos a ampliação do interesse desses líderes na ocupação de postos nos Executivos e no Judiciário (Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017; Vital da Cunha; Evangelista, 2019, Vital da Cunha, 2021a, 2021b; Vital da Cunha; Moura, 2021; Guadalupe; Carranza, 2020, entre outros).

A formação da Frente Parlamentar Evangélica no início dos anos 2000 e a participação cada vez mais significativa de líderes pentecostais nas eleições nacionais foram ampliando o interesse público e acadêmico pela compreensão dos mecanismos e técnicas de atuação desses parlamentares majoritariamente vinculados a partidos de direita. A vitória de Jair Bolsonaro (então PSL) nas eleições presidenciais de 2018 e o apoio ostensivo de organizações e líderes evangélicos serviram para consolidar uma percepção deste segmento religioso como essencialmente conservador e até extremista.

Paralelamente a esta atuação de líderes religiosos, muitos deles, empresários, políticos, familiares de políticos, "donos" de canais de TV e rádio (Vital da Cunha, 2017, 2023), vimos um movimento de reação. Um dos primeiros grupos evangélicos organizados à esquerda no período pós-ditadura militar foi o Movimento Evangélico Progressista (MEP). O MEP, fundado em 1990, era integrado por evangélicos ligados à Teologia da Missão Integral e compunham o grande campo do Cristianismo da Libertação (Burity, 2023), formado por evangélicos e católicos, cuja atuação central se dava no âmbito da defesa da justiça e combate à desigualdade social. Duas décadas mais tarde, outros coletivos evangélicos surgiram em defesa da laicidade do Estado e do respeito e valorização de minorias. Alguns deles voltaram-se à defesa da democracia, e um interesse pela participação política institucional aumentava. Nesse contexto, foi

criada, por exemplo, a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED), em 2016, sob a condução do pastor Ariovaldo Ramos e de Nilza Valéria Zacarias (Herculano, 2021). A FEED se identificava como um movimento que se contrapunha ao crescimento do discurso fundamentalista nas igrejas evangélicas no Brasil e pela defesa da democracia na sociedade. Além da FEED, vários outros coletivos se formaram ou ganharam visibilidade neste período pós-impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT). Esses atores

se comunicam através de sites e blogs, fazendo críticas ao extremismo e conservadorismo evangélico presentes na arena pública. Outros integram coletivos que promovem eventos como seminários e vigílias; organizam campanhas de conscientização com frases de apelo midiático; fazem reuniões regulares com os integrantes de coletivos que residem em suas cidades; e estabelecem contato com coletivos internacionais. Vários integrantes desses grupos têm também seus próprios canais de comunicação, contudo, sua referência principal de ação política-religiosa são os coletivos – é comum integrarem mais de um, seguindo uma dinâmica fluida, mas nem por isso frágil no sentido da produção de identidade e subjetividade (Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017, p. 121).

Observamos que o amplo uso de redes sociais por lideranças evangélicas à esquerda é resultante não só do contexto mais geral no qual as redes sociais se tornaram meios fundamentais de visibilidade política e de marketing pessoal e de empresas, mas, particularmente, de uma estratégia diante da dificuldade de diálogo que encontram em suas próprias denominações de origem, ou seja, um meio de viverem sua fé, partilharem suas leituras bíblicas, experiências institucionais e fortalecerem sua vivência cristã. Além disso, fenômeno que envolve o campo religioso em geral e os evangélicos, em particular, essa é também uma forma de mobilização virtual que não tem no templo religioso⁷ e no evangelismo de rua o principal meio de contato e difusão da fé. Alguns exemplos seriam: a Frente Evangélica pelo Estado de Direito, Esperançar, Mulheres Negras Evangélicas, Movimento Evangélicas Feministas, Movimento Negro Evangélico, Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), Nós na Criação, O Reino em Pessoa, SimPodCrer, Novas Narrativas Evangélicas, Evangélicxs pela Diversidade, (Fé)ministas, DJR – Discipulado, Justiça e Reconciliação, Cristãos contra o Fascismo, Rede FALE, Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), Feministas Cristãs, Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, Coalizão de Evangélicos pelo Clima, Rede de Negras Evangélicas, Coletivo Vozes Marias, Movimento Social de Mulheres Evangélicas do Brasil, Coalizão de Evangélicos Contra Bolsonaro e muitos outros; além de evangélicos em movimentos populares como MST, MTD, Levante Popular da Juventude. Essa forma de ação trouxe uma significativa visibilidade para essas lideranças e para os coletivos que integram, gerando represálias por parte de líderes evangélicos midiáticos conservadores e extremistas que lhes negam a identidade religiosa evangélica.

⁷ Sobre a expansão de templos evangélicos entre 2006 e 2016 no Rio de Janeiro, ver Jorge, Brandão e Vital da Cunha, 2019. Uma pesquisa nacional sobre o tema levantando a centralidade dos templos para a expansão pentecostal foi realizada por Victor Araújo (2019). Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08012021-111833/publico/2019_VictorAugustoAraujoSilva_VOrig.pdf. Acesso em 12 nov. 2024.

Embora a bibliografia especializada identificasse a existência e o crescimento desses movimentos sociais evangélicos à esquerda nas últimas duas décadas, a disputa na política partidária com vistas à conquista de espaços legislativos é mais recente e ainda carecia de observação. Foi assim que, nas eleições de 2020, parecíamos estar diante de uma culminância nessa organização de esquerda evangélica cujo escopo de atuação se dava tanto nas igrejas e junto à sociedade civil quanto na política partidária. Nessas eleições, por exemplo, houve a formação da Bancada Evangélica Popular. O movimento BEP teve como propósito apoiar candidaturas de evangélicos e evangélicas de esquerda cuja bandeira de luta fossem, prioritariamente, a defesa da laicidade do Estado e a melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres mediante uma perspectiva cristã inclusiva. Na campanha, foi explorada uma interpretação bíblica comum a seus integrantes, articulando afinidades políticas com um sentido de missão transformadora inspirada na figura de Cristo. As mensagens e passagens centradas no amor e na inclusão daqueles à margem da sociedade ganharam destaque no material de campanha e nas redes sociais dos que concorriam com apoio do BEP. No manifesto de lançamento do movimento é possível ler:

Entendidos que nosso papel no Reino vai para além de nossas denominações, tomamos uma frente de luta direta. Entendidos de que nós somos missionários e missionárias do Reino de Deus para pregar justiça, paz, amor e misericórdia, contra todo tipo de injustiça, ódio, opressão e desigualdade. Entendidos que numa sociedade isso significa lutar por políticas públicas e governos que visem a igualdade social e o bem do nosso povo (*ap. Vital da Cunha, 2021, p. 24*).

Na pesquisa realizada em parceria entre ISER, FHB e LePar-UFF em 2020, acompanhamos o BEP e outro coletivo formado em 2018, os Cristãos Contra o Fascismo. Esse coletivo é integrado por evangélicos e católicos autoidentificados como progressistas. Segundo seu fundador, são mais católicos do que evangélicos, e entre os primeiros há vários padres e freiras. Há também pastores evangélicos, ou seja, pessoas que estão engajadas em suas comunidades religiosas. É um movimento que surgiu nas redes sociais, como disse, em entrevista à pesquisa, Tiago dos Santos, seu fundador, teólogo e candidato a vereador por Porto Alegre (RS) nas eleições de 2020. Quando foi lançada a campanha

“Ele Não” durante as eleições 2018, Tiago criou um evento no *Facebook* que obteve grande visibilidade. “A ideia surpreende pelo fato de existir um senso comum de que todo evangélico é conservador. De que todo cristão, de alguma forma, apoiava aquele discurso do Bolsonaro, né? E quando as pessoas percebem que não é assim, que os cristãos não são um bloco monolítico... Isso surpreende [...] e, talvez por isso, ganhou um certo destaque que a gente não esperava” (*Vital da Cunha, 2021b, p. 30*).

Evangélicos, Católicos e Afrorreligiosos à Esquerda nas Eleições de 2022

Em 2022 ampliamos o escopo da investigação em termos de candidaturas e dos coletivos analisados. Nessas eleições houve o maior número de registros de candidaturas para a Câmara Federal desde a volta da democracia nos anos 1980. Segundo dados do TSE, foram 10.629 inscrições para deputado federal, dentre as

quais 171 candidaturas evangélicas, cinco católicas e cinco afro com nome de urna religioso em todos os partidos. Considerando somente os partidos de esquerda e centro-esquerda (PSB, REDE, PDT, PT, PSOL, PSTU, PCdoB, UP), identificamos um total de 12: nove evangélicas, duas afrorreligiosas e uma católica⁸. Constata-se que as candidaturas à esquerda para esses três grupos religiosos significam aproximadamente 7% do total de candidaturas com nome religioso para a Câmara Federal. Ou seja, 93% das candidaturas com nome de urna religioso estão em partidos de centro e direita. Fazendo uma comparação com os dados que produzimos no ISER, analisando todas as candidaturas devidamente registradas no TSE e aptas a concorrer nos maiores colégios eleitorais, cobrindo estados em todas as regiões (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás), temos um volume diferente de candidaturas com vínculo religioso. Com a metodologia empregada, baseada na identificação não pelo nome de urna somente, mas também pela apresentação própria do candidato ou candidata durante a campanha, temos um número total de 3.020 candidaturas com vinculação religiosa em todos os partidos nesses oito estados concorrendo a uma vaga para a Câmara Federal. Ou seja, conseguimos rastrear um número bem maior do que o registro somente por nome de urna no TSE.

A comparação entre esses dados revela, entre outros, que a estratégia de registro de nome religioso de urna no TSE ocorre mais entre os que estão em um espectro de direita (vide vinculação partidária) e não é uma estratégia usada pela maioria dos religiosos na disputa eleitoral. Entre as candidaturas à esquerda menos ainda, pois jogam estrategicamente com a ocultação e a revelação de suas identidades religiosas na disputa eleitoral. Em vários casos, novamente, sobretudo entre candidaturas à esquerda, as apresentações da identidade profissional, de trabalhos sociais, local de moradia, gênero, racial, sexual e/ou como ativista são mais mobilizadas que a vinculação religiosa.

Do total de 3.020 candidaturas religiosas identificadas pelo ISER em oito estados nas eleições de 2022, 512 eram em partidos de esquerda ou centro-esquerda (17% do total). Dessas candidaturas à esquerda, 418 se encontravam entre católicas (191), cristãs⁹ (114), afrorreligiosas (63) e evangélicas (50).

São Paulo foi o estado com o maior número de candidaturas religiosas em partidos de esquerda e centro-esquerda, com 88, seguido por Bahia e Minas Gerais, ambos com 72 candidaturas. O Rio de Janeiro contou com 44 candidaturas religiosas em 2022, seguido de Rio Grande do Sul e Pernambuco, ambos com 34. O Pará teve 31 candidaturas, e chama atenção o fato de não ter nenhuma evangélica identificada à esquerda, logo no estado em que foi criada a maior igreja evangélica pentecostal do país, a Assembleia de Deus. Uma possível explicação para isso está na correlação de forças internas ao estado, fazendo com que evangélicos mais progressistas se filiassem a partidos de perfil liberal ou de centro com vistas a aumentarem suas chances na disputa, como foi o caso de evangélicos progressistas eleitos em 2020 para vereança.

⁸ Definimos os seguintes nomes de urna como relativos a cada grupo religioso a fim de contabilizá-los: irmão/irmã, padre/freira, missionário/missionária, babalorixá/yalorixá, pai/mãe. Para a lista completa, acessar Reis, Cunha, Pestana e Abreu, 2022.

⁹ Trata-se de candidaturas que se apresentam como cristãs ou cujo material de campanha não possibilitava definir se era católica ou evangélica.

O total de candidaturas evangélicas identificadas foi de 627 (sendo 50 em partidos de centro-esquerda e esquerda) entre as 3.020 levantadas pelo ISER. Ou seja, mais de 90% dos evangélicos e evangélicas nesses oito estados pesquisados se encontravam filiados a partidos de direita ou centro.

Os estados com maior número de candidaturas afro foram a Bahia (16) e o Rio Grande do Sul (12). O maior número de candidaturas católicas foi em Minas Gerais, e de evangélicas foi em São Paulo (14), seguido de perto pelo Rio de Janeiro (12) e Bahia (11).

Homens e mulheres são quase em igual número entre candidaturas afro (32 Fem./31 Masc.) e evangélicas (24 Fem./26 Masc.). Entre católicos, o número de homens é mais do que o dobro (59 Fem./132 Masc.). O grupo de cristãos¹⁰ tem maioria masculina também (34 Fem./80 Masc.).

Esses números nos permitem fazer algumas reflexões. A primeira delas é que a oferta de candidaturas não corresponde ao perfil dos grupos religiosos na sociedade. Por exemplo, as mulheres são maioria entre evangélicos, mas isso não se refletiu no número de oferta de candidaturas. No entanto, no segmento específico de esquerda, tanto a oferta quanto o êxito eleitoral revelam uma participação feminina mais intensa. Entre as candidaturas afroreligiosas também observamos um número muito próximo entre homens e mulheres no que diz respeito à oferta, assemelhando-se mais à representação de gênero presente neste grupo religioso na sociedade.

No grupo católico chama atenção o número muito maior de homens candidatos. Embora as mulheres também sejam maioria em termos de autodeclaração no Brasil, segundo dados do IBGE, o número de homens candidatos foi praticamente três vezes maior do que o de mulheres, denotando uma esquerda partidária católica muito masculina, em conformidade com pesquisas qualitativas que demonstram a centralidade dos homens nos lugares de poder eclesiástico e na representação católica paraeclesiástica, embora a crítica a este *modus operandi* seja feita há algumas décadas no interior da Igreja (Rosado-Nunes; Carranza, 2020; Rohden, 1997; entre outras).

No que diz respeito à questão racial, entre as candidaturas afro de esquerda, 83% são de pessoas negras. O segundo grupo religioso com maior percentual de negros e negras é o evangélico, com 68% das candidaturas. Tanto na pesquisa realizada em 2020 quanto em 2022, observamos que a pauta racial foi central em todas as candidaturas oriundas do movimento social evangélico, como no caso dos coletivos acompanhados Cristãos Contra o Fascismo e Bancada Evangélica Popular (Vital da Cunha, 2021, 2023). Em candidaturas desvinculadas de coletivos, sobretudo aquelas na região norte e centro-oeste, verificamos uma autoidentificação racial entre boa parte dos candidatos e candidatas evangélicas não correspondente à identificação social dessas pessoas. Nestes casos, as pautas centrais giravam em torno da moradia, melhoria nas condições de trabalho e renda para mulheres, proteção às crianças, combate à pobreza, sem referência direta à questão racial. Já entre as candidaturas na região sudeste e sul, entre integrantes ou não de coletivos cristãos, a questão racial emergia em destaque, compondo significativamente o capital político desses atores.

¹⁰ Cristãos, na classificação da pesquisa, correspondem aos que se autoidentificam como cristãos (uma estratégia política cada vez mais acionada no contexto eleitoral brasileiro e norte-americano) e também aos que não tiveram a participação institucional identificada pela equipe de pesquisadores do ISER.

Novamente, para fins de comparação entre a oferta de candidaturas e as que tiveram êxito eleitoral para o exercício na 57ª legislatura (2023-2026), considerando raça e não a variável ideológica, temos que 76% dos católicos eleitos são pessoas autodeclaradas brancas, segundo dados produzidos pela equipe Religião e Política do ISER. Entre evangélicos, 58% são pessoas brancas e 39,5% são pretas (14,5%) ou pardas (24%), e entre os afroreligiosos eleitos só há pessoas negras (uma parda e duas pretas). Chama atenção, assim, que o grupo religioso com o maior número absoluto de negros eleitos seja o evangélico, acompanhando o que a bibliografia já cobriu como fenômeno social mais geral (Oliveira, 2015).

No debate público sobre o perfil da esquerda evangélica, é comum ouvirmos produtores de conteúdo para mídias digitais e até pesquisadores definirem a face do progressismo evangélico como jovem e pouco ou nada representativo da maioria do segmento religioso. As duas afirmações são parcialmente verdadeiras na medida em que as lideranças progressistas mais presentes nas mídias sociais são jovens, embora, considerando o conjunto de candidaturas evangélicas progressistas, tenhamos uma faixa etária dominante não jovem: mais de 50% das candidaturas são de pessoas entre 40 e 60 anos de idade. O segmento religioso à esquerda com maior número de candidaturas na faixa da juventude (entre 21 e 29 anos) é o afro, com aproximadamente 13% do total de 63 candidaturas.

O êxito eleitoral das candidaturas acompanhadas pelo ISER nos oito estados da federação foi maior entre as católicas, com a eleição de 38 deputados federais, quase 20% das 191 candidaturas católicas ofertadas. O segundo grupo religioso com maior êxito percentual foi o de evangélicos, com cinco deputadas e deputados federais eleitos, correspondendo a 10% do total de candidaturas ofertadas. O grupo afro, que tinha um número expressivo de candidaturas, conseguiu eleger três deputados, atingindo quase 5% do total de candidatos. Todos os parlamentares afro eleitos estão à esquerda no espectro político, assim como a maioria esmagadora dos sem religião. A situação é inversa quando olhamos para o grupo de evangélicos e chamados cristãos.

Enquanto o número de eleitos atingiu o máximo de 20%, os que atingiram a suplência foram muitos. O grupo religioso que conseguiu atingir o maior número de suplentes foi o afroreligioso, com 42, correspondendo a quase 67% do total. Foi seguido de perto pelos evangélicos, que atingiram 66% de candidaturas como suplentes (33). As candidaturas cristãs também obtiveram êxito na suplência, com 75, correspondendo a quase 66% do total ofertado. Esses números são importantes, já que o Parlamento é muito dinâmico, dando oportunidade de deputados suplentes assumirem a cadeira do titular durante a legislatura, especialmente do segundo ano em diante.

Além dessa parte mais quantitativa da pesquisa, fizemos um acompanhamento de coletivos de esquerda evangélicos, e passamos a falar sobre eles na seção seguinte.

Os Movimentos Acompanhados nas Eleições de 2022

Nas eleições de 2022 tínhamos como objetivo acompanhar alguns coletivos cristãos já investigados nas eleições de 2020, a fim de comparar suas estratégias e posicionamentos e ampliar nosso escopo observando novas formações. Nesse sentido, além do movimento Bancada Evangélica Popular e do coletivo Cristãos Contra o Fascismo, passamos a investigar a formação de outros dois grupos: Um Ato de Amor e Novas Narrativas Evangélicas.

A Bancada Evangélica Popular e os Cristãos Contra o Fascismo

Nas eleições de 2022, os articuladores da BEP pretendiam apoiar novamente algumas candidaturas ao Parlamento. Contudo, tensões internas ao próprio movimento inviabilizaram sua continuidade, conforme revelou em entrevista exclusiva à pesquisa Samuel Oliveira, candidato a deputado federal pelo PCdoB de São Paulo. Para além das questões internas, Samuca, como é mais conhecido, concluiu que a atenção dos movimentos evangélicos estava mais na campanha nacional, dando suporte à candidatura de Lula à Presidência da República. Isso teria produzido uma desmobilização em relação às candidaturas proporcionais. Outra questão levantada por ele diz respeito ao antagonismo da maior parte dos evangélicos para com a política institucional brasileira. Deste modo, em sua leitura, houve um *boom* de interesse político de parte dos evangélicos pela democracia em 2020, mas isso não produziu um enraizamento na luta político-partidária de esquerda entre estes religiosos¹¹.

Entre os Cristãos Contra o Fascismo houve uma mudança estratégica significativa. Nas eleições de 2020, lançaram 42 candidaturas para a vereança ou prefeitura em todo o Brasil, reunindo quase 70 cristãos. Algumas das candidaturas apoiadas (Vital da Cunha, 2021b) saíram vitoriosas e várias atingiram a suplência. Em 2022, o foco do CCF recaiu sobre a candidatura de Lula à Presidência da República. Neste sentido, investiram na produção de materiais diversos, afirmando valores cristãos em consonância com a democracia, com o Estado laico, com a liberdade religiosa, em favor de uma cultura de paz e contra a desinformação¹². A concentração de forças no apoio à candidatura majoritária nacional significava uma defesa mais geral da democracia no país e de uma identidade evangélica plural, não exclusivamente conservadora e extremista representada pela candidatura de Bolsonaro.

A Campanha *Um Ato de Amor*

Inicialmente, a campanha se chamava “Derrotar Bolsonaro É um Ato de Amor” e foi criada em abril de 2022. Foi idealizada por Henrique dos Santos Vieira Lima, ator, pastor da Igreja Batista do Caminho, bacharel em Ciências Sociais, historiador, teólogo e candidato a deputado federal (PSOL/RJ) eleito em 2022, e por outros integrantes do coletivo Esperançar¹³. Em maio de 2022, houve dois eventos de seu lançamento: um na cidade de São Paulo e outro em Osasco. A campanha tinha como objetivos denunciar e obstaculizar Jair Bolsonaro em suas pretensões à reeleição, apoiar a candidatura de Lula à Presidência e fortalecer uma rede de candidaturas cristãs à esquerda para o Congresso Nacional. As bases dessa mobilização, segundo Vieira, estão no amor, na verdade, no evangelho e na justiça social. Em entrevista à *Revista Fórum* disse:

¹¹ Para saber mais, ver entrevista realizada por Christina Vital e João Luiz Moura e publicada em <https://religioepoder.org.br/artigo/religiao-politica-e-democracia-entrevistas-com-liderancas-religiosas-progressistas/>

¹² Para saber mais ver entrevista realizada por Christina Vital e João Luiz Moura e publicada em <https://religioepoder.org.br/artigo/religiao-politica-e-democracia-entrevistas-com-liderancas-religiosas-progressistas/>.

¹³ Apresentado como um movimento de base de cristãos e cristãs em favor da justiça social, democracia e da pauta ambiental. São feitos estudos bíblicos para a “formação em leitura popular e libertadora da Bíblia” (<https://www.facebook.com/watch/?v=1053526062055193>). O coletivo Esperançar faz devocionais e campanhas de combate à fome. O pastor e deputado Henrique Vieira (PSOL-RJ) é uma de suas principais lideranças.

Nos últimos três anos, temos vivido sob o regime do ódio. O presidente genocida Jair Messias Bolsonaro legitimou o ódio ao próximo como a gramática do seu governo. O desprezo pela vida ficou evidente no modo como Bolsonaro (não) administrou a pandemia: incentivou pessoas a não usarem máscaras, cobrou propina da vacina e ainda debochou das mais de 650 mil mortes de brasileiras e brasileiros. A grande hipocrisia do Bolsonaro é que ele faz isso em nome de Jesus. Um homem que defende a tortura e exalta torturadores, faz isso em nome do próprio Cristo que foi um homem torturado pelo Estado. O ódio e o bolsonarismo não representam as cristãs e os cristãos brasileiros. E, justamente por isso, cristãs e cristãos de todas as matrizes e denominações estão se unindo. É um ato de amor à vida das pessoas, às condições dignas de vida, moradia, trabalho, estudo e saúde. É um ato de amor contra o machismo, racismo e LGBTfobia. É um ato de amor para mudar o Brasil, para acabar com a violência e com os fundamentalistas religiosos que lucram usando a fé das pessoas.¹⁴

Sob a liderança de Henrique Vieira, a campanha realizou performances combinando arte, política e religião em defesa da democracia em diferentes cidades e já com o nome “Um Ato de Amor”. A campanha teve boa divulgação midiática dada a centralidade de Vieira como líder, mas o trabalho de base foi se esgarçando ao longo da disputa, e o que pretendia ser uma rede de cristãos candidatos e candidatas foi se tornando um grupo mobilizado em torno principalmente da candidatura de Henrique Vieira, o que não deixou de ser uma estratégia importante para garantir esta vaga para a Câmara Federal.

Nas eleições de 2018 no Brasil, saíram vitoriosos majoritariamente políticos autoidentificados como conservadores. A literatura especializada os identifica como representantes do neoconservadorismo, corrente política marcada pela crítica à globalização, pela valorização da economia de mercado e pela recuperação de padrões morais e comportamentos supostamente ameaçados pela igualdade racial, igualdade entre os sexos e pela conquista de direitos pela população LGBTQIA+ (Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Brown, 2019). Uma retórica da perda (Vital da Cunha, 2020) se pronunciava entre esses atores, mobilizando sentimentos de atordoamento e medos sociais. Católicos e evangélicos foram identificados publicamente como os atores sociais mais engajados na difusão desse neoconservadorismo, oferecendo sua gramática, mobilizando a sociedade civil, formando a face religiosa dessa corrente muitas vezes identificada como extremista (Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017).

Em contraposição a uma forma de ação política extremista baseada em uma retórica da perda, a campanha “Um Ato de Amor” realizou plenárias públicas cujo objetivo era refletir sobre a atual presença cristã na política institucional e a aderência de cristãos e cristãs ao governo de Jair Bolsonaro. Além da participação nessas plenárias, a campanha disponibilizou um site em que pessoas interessadas se cadastravam e ingressavam em grupos de WhatsApp cuja finalidade era distribuir conteúdos bíblicos que dialogassem com valores democráticos, laicidade do Estado, diálogo inter-religioso, respeito para com a não crença religiosa, justiça social e ambiental, celebração da diversidade, combate às opressões¹⁵.

¹⁴ <https://revistaforum.com.br/movimentos/2022/4/27/pastor-henrique-vieira-anuncia-campanha-derrotar-bolsonaro-um-ato-de-amor-114589.html>. Acesso em agosto de 2022.

¹⁵ Para saber mais, ver entrevista realizada por Christina Vital e João Luiz Moura e publicada em <https://drive.google.com/file/d/135XJOUqfCrCxxgF-76eyhkn0swSK6pxC/view>.

Novas Narrativas Evangélicas

Outro coletivo articulado após as eleições de 2018 e que ganhou bastante visibilidade no ano de 2022, sobretudo no período eleitoral, foi o “Novas”, como é mais conhecido entre membros e pesquisadores. Sua interface via mídias sociais se afirma pelos valores cristãos, por uma estética e gramática jovens, e ele conta com mais de 16,5 mil seguidores só no Instagram¹⁶. A apresentação do grupo se baseia em três pontos principais: a variedade de modos de ser crente, como dizem em suas redes, a propagação de um evangelho antifundamentalista e a valorização da diversidade com inclusão social e de minorias. Segundo Daniel Wesley, um de seus fundadores, o Novas surgiu em 2019 e, desde então, reúne desigrejados, pessoas que estão em conflito com sua espiritualidade e suas comunidades de fé, jovens que desejam viver sua espiritualidade evangélica ou de outras tradições, mas que estão se sentindo sozinhos, desencaixados. As reuniões anuais de religiosos de várias partes do Brasil têm sido um sucesso. A primeira foi realizada em 2021, em São Paulo, a segunda no início do ano de 2022, no Rio de Janeiro, a terceira no final do ano em São Paulo, novamente, e a Conferência Novas Narrativas Evangélicas, edição 2023, teve lugar em Pernambuco, dando início à circulação do encontro por várias regiões do país.

Embora o Novas tenha sido criado com a intenção de reunir religiosos de diferentes tradições e com perspectivas ideológicas diferentes, o que se observou, no decorrer dos trabalhos do grupo, foi que o público que se sentia afinado com as propostas eram principalmente jovens evangélicos de perfil à esquerda e/ou progressista. Apresentam-se nas mídias como “uma comunidade-plataforma de diálogos plurais a partir de uma fé firmada no amor e na reconciliação proposta por Jesus” (*ibid.*). Pretende ser uma “alternativa para quem não apoia as violências que o fundamentalismo instaurou em nossas igrejas” (*ibid.*).

Há alguns políticos de grande projeção entre seus membros, como Iza Vicente (PSOL-RJ), vereadora por Macaé eleita em 2020, Aava Santiago (PSDB-GO), vereadora em Goiânia eleita em 2020 e reeleita em 2024, Henrique Vieira (PSOL-RJ), eleito deputado federal em 2022, entre outros e outras, e têm em comum um posicionamento teológico contra “opressões propagadas em nome de Deus” (*ibid.*), pelo “afeto, priorizando a escuta e a espiritualidade para uma articulação estratégica e afetiva” (*ibid.*).

Os objetivos do Novas são apresentados no site oficial da Conferência de 2022 que aconteceu em São Paulo:

[...] produzir novas narrativas de vida para informar e formar pessoas dispostas a construir espaços seguros de reconhecimento, diálogo e exercício das espiritualidades evangélicas. Organizar a disputa de identidade evangélica por meio de ações e agendas anti-fundamentalistas e propositivas, diretamente conectadas a temas centrais da fé evangélica e dos principais desafios sociais do Brasil.¹⁷

Com isso, chamamos atenção para a proposta de intervenção política baseada no afeto e na espiritualidade. Daniel Wanderley ressalta um modo de operação em rede no qual todos têm atribuições, ninguém deve se pensar isoladamente, e sim ganhar

¹⁶ Disponível em <https://www.instagram.com/novasnarrativasevangelicas/>. Acesso em 14 jul. 2024.

¹⁷ Disponível em <https://novasnarrativasevangelicas.com/conferencia2022/>. Acesso em 20 dez. 2022.

visibilidade a partir do grupo. Esse “espírito de mutirão” foi destacado por Angelica Tostes em matéria na *Carta Capital* sobre este coletivo. Em suas palavras:

As Novas Narrativas são sementes que devem se multiplicar na lógica do mutirão – todos têm tarefas e ninguém é mais importante que outro! O fundamentalismo religioso é uma monocultura espiritual, no qual apenas há uma só verdade e visão, enquanto o combate a ele é um grande plantio de cores, onde todos têm voz, vez e lugar para falar do Divino. Por isso, é necessário que, cada vez mais, haja uma articulação entre as igrejas e movimentos baseados na fé não só no Brasil, mas em toda a América Latina e Caribe, para que essas narrativas fundamentalistas sejam enfrentadas.¹⁸

Em entrevista à pesquisa, Daniel apresenta mais detalhadamente o coletivo e seus rituais, símbolos e propósitos¹⁹.

Considerações Finais

Nas pesquisas realizadas em 2020 e 2022, tínhamos como objetivo principal acompanhar coletivos e candidaturas evangélicas à esquerda observando suas performances, estratégias políticas, o perfil social e econômico de seus integrantes e as pautas prioritárias de cada um desses atores. Desde a pesquisa sobre as eleições em 2014 (Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017), observamos que o número de coletivos evangélicos populares e/ou progressistas vem crescendo e ampliando sua capilaridade. Se a esquerda evangélica dos anos 1990 era visível principalmente em movimentos que reuniam universitários de camadas médias, na atualidade, somando-se a este perfil, temos uma intensa participação feminina, jovem, negra, de moradores de periferias e favelas, de movimentos por acesso à terra e à propriedade urbana e rural. Seu campo de influência hoje se descentralizou na medida em que a forma de atuação através de redes sociais e de encontros públicos periódicos aumentou sua visibilidade e poder de atração em relação aos coletivos de 30 anos atrás, muito mais ativos nos espaços rurais, sindicais ou universitários. Nossa ênfase sobre essas mudanças se presta à compreensão de quais intersecções estão produzindo ação política em cada tempo. Se nos anos 1980/1990, como lembra Camurça (1998), o paradigma iluminista dominava as análises sobre a esquerda e o próprio modo de operação de seus militantes, na atualidade, em razão de mudanças na relação social e política com as identidades (Castells, 2000), as esquerdas evangélicas em seus coletivos e em parte das candidaturas ofertadas mobilizam fortemente suas identidades e subjetividades como capital político.

Não foram poucas as controvérsias em torno da utilização de identidades na disputa política na última década (Risério, 2024; Roudinesco, 2022; entre outros). Parte dessa bibliografia afirmava que o enraizamento de um identitarismo nas esquerdas estava dividindo a sociedade, fazendo crer que a mobilização de identidades de gênero, racial, de classe, território e sexualidade era exclusiva das esquerdas. No entanto, as direitas também mobilizam identidades, como a do masculino viril, da mulher vitoriosa,

¹⁸ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/e-tempo-de-fortalecer-as-novas-narrativas-evangelicas/>. Acesso em 10 jan. 2023.

¹⁹ Para saber mais ver entrevista realizada por Christina Vital e João Luiz Moura e publicada em https://drive.google.com/file/d/1jpaagNqQFMi3-iOGtFGtLv_TNVfIh1Iy/view. Acesso em 20 nov. 2023.

da “verdadeira” religião, em termos de capital político e social. Uma das questões centrais que as diferenciam das esquerdas é que suas identidades são apresentadas como natural/tradicional/uma, como se a esquerda estivesse inventando a diversidade como fato social enquanto a direita estaria “somente” guardando a normalidade, guardando o que sempre foi e deveria continuar sendo, em uma jogada ideológica pela manutenção de padrões sociais produtores de uma sensação de unidade experimentada (virtualmente) pelo conjunto da sociedade. Com a valorização da diversidade pautada por organismos internacionais, sobretudo a partir de 1980, e em políticas públicas nacionais dos anos 2000 em diante (Novaes, 2014), abriu-se uma condição de possibilidade social e política para o questionamento de papéis dominantes e a afirmação de identidades antes vilipendiadas e obscurecidas. Movimentos organizados como os acompanhados por nós nessas pesquisas entraram no debate público com vistas a buscarem legitimidade para a diversidade que representam em relação aos padrões dominantes.

Se nas décadas de 1960 até 1990 eram os católicos, através da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, que dinamizavam a esquerda religiosa, nossa observação do quadro atual aponta na direção contrária: são os evangélicos à esquerda hoje que puxam o segmento cristão apresentando estratégias políticas e atualizações teológicas chamadas contextuais (Teologias Feministas, Negra, Queer) capazes de os fazerem ascender em número de parlamentares eleitos no Brasil e de terem um lugar importante nos movimentos sociais diante do crescimento do espectro fascista, de extremismo de direita e de fundamentalismos religiosos violentamente excludentes.

A bandeira que une a maior parte dessas pessoas é a esperança de manterem uma vida espiritual com base em um evangelho inclusivo. Os dramas que todos os entrevistados anunciam a respeito de suas próprias trajetórias e de colegas em suas ações envolvem serem expulsos de suas comunidades religiosas, serem desprestigiados, negados em sua fé, como se o que sentissem não fosse verdade, como se fosse uma “fé fraca”, como se não fossem “cristãos de verdade”. O sentimento comum de desengaço e falta de reconhecimento se reverte (na maior parte do tempo, como dizem) em alegria, união e experiência de comunidade ao estarem juntos nesses coletivos.

Nas eleições de 2022, um sentimento de urgência já muito significativo em termos públicos se pronunciou nesses coletivos, e a união em torno da candidatura presidencial foi mais evidenciada. Sendo assim, envolveram-se mais em lutas antifascistas, pró-democráticas, dedicando-se no varejo a uma ou outra candidatura em especial, mas a energia dos grupos se direcionou fortemente à campanha presidencial. A força dessa articulação foi o que mais nos interessou neste pleito. Por outro lado, um forte desespero tomou conta de líderes evangélicos de perfil mais conservador e midiático, fazendo desencapsular completamente a religião do templo. Desse modo, vários deles se envolveram em escândalos de difusão de notícias falsas, ameaças aos progressistas, às mulheres feministas. Qualquer espaço de razoabilidade se desfez, e um antagonismo se pronunciou de tal modo em igrejas que a perseguição velada que ocorria em várias comunidades passou a ser apresentada como um capital político e espiritual daqueles que a perpetravam. Alguns casos ganharam grande repercussão, como o de Sérgio Dusilek, pastor perseguido em sua própria congregação

após apoiar Lula na campanha em 2022²⁰, mas a pesquisa acabou por acessar uma dezena de outros casos de violência moral sofrida por Ed René Kivitz, Lusmarina Campos, Kleber Lucas, pastora Odja Barros e tantos outros.

Se após as eleições de 2018 falava-se em uma polarização no Brasil, nossa sensação sociológica resultante do acompanhamento das eleições de 2022 é de que a democracia não vai vencer sem combater o extremismo político de direita que insiste em uma espécie de calcificação da sociedade. O termo “calcificação” foi apresentado por dois cientistas políticos da Universidade da Califórnia em Los Angeles, Chris Tausanovitch e Lynn Vereck, além de John Sides, da Vanderbilt University, para descrever o cenário estadunidense pós-vitória de Donald Trump nas eleições em 2016. Eles evidenciam que esse é um processo que culmina com Trump, mas que se desenrola desde os anos 1970 diante dos avanços sociais e legais na questão racial, de gênero e aborto. Argumentam que os mecanismos de escolha política orientados por racionalidades foram suplantados pelas paixões. Essas teriam passado a predominar nos processos eleitorais. O fruto dessas reflexões se encontra em “The bitter end: the presidential campaign and challenge to American democracy”, livro lançado em 2022 nos Estados Unidos.

O momento pós-eleições 2022 no Brasil nos permitiu perceber bastantes semelhanças entre os contextos brasileiro e estadunidense. Estratégias partidárias similares ocorreram, como o questionamento às regras do jogo, como fez o Partido Liberal (PL) ao protocolar pedido de suspensão dos resultados das eleições no segundo turno junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O questionamento das eleições e da própria democracia estava no topo do poder instituído (haja vista, por exemplo, as falas e atitudes do ex-presidente Bolsonaro questionando a idoneidade das urnas eletrônicas), assim como entre uma miríade de brasileiros que se reuniram em 08 de janeiro de 2023 em Brasília insuflados por sentimentos de medo, ódio, antagonismo, demandando intervenção militar e a destituição de Lula. Segundo dados da pesquisa realizada pela Atlas/Intel com 2.200 pessoas entre os dias 08 e 09 de janeiro de 2023, dois terços dos evangélicos acreditavam que Lula não havia ganhado as eleições presidenciais de 2022 e concordavam que uma intervenção militar deveria invalidar o resultado daquele pleito. Para o sociólogo Rafael Rodrigues da Costa, esses números revelam “um abismo de percepções entre os evangélicos e a opinião pública em geral. Enquanto a maior parte dos entrevistados reconhece que Lula venceu a eleição presidencial de 2022 – 56,4% ao todo – entre os evangélicos, apenas 28,1% concordam com tal afirmação. Em contrapartida, 67,9% dos evangélicos não acreditam que Lula obteve mais votos que o ex-presidente Jair Bolsonaro.”²¹

Antes mesmo dos acontecimentos de janeiro de 2023, o cientista político e diretor da Quaest, Felipe Nunes, e o jornalista e pesquisador da FGV, Thomas Traumann, refletiram sobre uma calcificação semelhante no Brasil e os riscos desse processo à democracia (Nunes; Traumann, 2023). Analisaram que a decisão de voto “deixou de ser só a expressão de uma preferência política e passou a ser a manifestação de uma identidade”²². Nesse contexto enrijecido, “os eleitores se transformam em torcedores

²⁰<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/pastor-atacado-apos-defender-lula-desabafa-se-tivesse-falado-do-bolsonaro-nao-teria-acontecido-nada-disso.ghtml>. Acesso em 01 out. 2022.

²¹ Para saber mais ver <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/pesquisa-mostra-radicalismo-evangelico-e-perigo-a-democracia/> Acesso em 21 jan. 2023.

²² Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniaio/artigos/coluna/2022/11/eleicao-calcificou-o-pais-em-torno-do-petismo-e-do-antipetismo.ghtml>. 27 de novembro de 2022. Acesso em 28 nov. 2022.

apaixonados, que tornam essa identidade o que melhor define essa posição na sociedade” (*ibid.*). Ampliam os cenários nos quais podemos observar essa calcificação chamando atenção para o seu impacto na vida cotidiana, na sociabilidade. Nesse contexto, cada vez mais pesquisas devem acompanhar os movimentos sociais e políticos em defesa da democracia e da justiça social, levando ao público informações qualificadas sobre seus modos de atuação, redes, narrativas, performances, estratégias.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 409-426.
- ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). *Notas Técnicas*: Centro de Estudos da metrópole. Cebrap: 2023. 35p. Acessível em: https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midi_a_anexos/NT20.pdf
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.
- BURDICK, John. The Catholic Afro Mass and the Dance of Eurocentrism in Brazil. In: GOLDSCHMIDT, H.; MCALISTER, E. (ed.). *Race, Nation and Religion in the Americas*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 111-130.
- BURITY, Joanildo. Duas formas de religião pública e democracia nas eleições de 2022. *Revista Intolerância Religiosa*, v. 3, p. 1-14, 2023.
- BURITY, Joanildo. *Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.
- BURITY, Joanildo. Itinerário histórico político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-216.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. Imaginário, símbolos e rituais nos movimentos de esquerda e organizações comunistas: por uma antropologia da esquerda. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 29-58, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- HERCULANO, Gabrielle. “Nosso luto vem do verbo lutar”: uma análise do ativismo progressista evangélico através da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- JORGE, Amanda Lacerda; BRANDÃO, André Augusto Pereira; CUNHA, Christina Vital da. Mapeando religião na cidade: reflexões sobre a criação de templos religiosos na cidade do Rio de Janeiro entre 2006 e 2016. *Debates do NER*, v. 2, n. 36, p. 237-265, 2019. DOI: 10.22456/1982-8136.87631. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/87631>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- LACERDA, Marina Basso. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristão ao governo Bolsonaro. *Religião & Sociedade*, v. 42, n. 1, 153-176, 2022.
- LEITE RIBEIRO, Guilherme. Profissão de fé: a retórica anticomunista dos deputados clérigos da Ação Democrática Parlamentar nos anos 1960. *Religião & Sociedade*, v. 41, n. 1, 1975-198, 2021.

- MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos (org.). *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006. p. 91-117.
- MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antonio Flavio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 34, nov. 1994.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de; BONIOLO, Roberta Machado. “Em público, é preciso se unir”: conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, v. 37, n. 2, p. 86-119, 2017.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A ‘política dos terreiros’ contra o racismo religioso e as políticas ‘cristofascistas’. *Debates do NER*, v. 40, p. 1-27, 2021.
- SIDES, John; TAUSANOVITCH, Chris; VAVREK, Lynn. *The Bitter End: The 2020 Presidential Campaign and the Challenge to American Democracy*. New Jersey: Princeton University Press, 2022.
- NOVAES, Regina; FLORIANO, Maria da Graça. O negro evangélico. *Comunicações do ISER*, ano 4, ed. especial, p. 3-86, out. 1985. Disponível em: https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/o_negro_evangelico_compressed.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.
- NOVAES, Regina. Evangélicos e eleições: anotações para uma agenda de pesquisa. *Comunicações do ISER*, v. 73, p. 80-92, 2021.
- NOVAES, Regina. Em nome da Diversidade. Notas sobre novas modulações nas relações entre religiosidade e laicidade. *Comunicação do ISER*, n. 69, p. 131-145, 2014.
- NUNES, Felipe. TRAUMANN, Thomas. *A biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023.
- OLIVEIRA, Marco Davi. *A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?* Viçosa: Ultimato, 2015.
- OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. “Hoje eu orei, Ele é negro”: a gênese do movimento negro evangélico no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 169-191, 2021.
- ORO, Ari Pedro. Neopentecostalismo macumbeiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 319-332, dez./fev. 2005-2006.
- PACHECO, Ronilso. *Teologia Negra*. São Paulo: Editora Novos Diálogos, Editora Recriar, 2019.
- PIERUCCI, Antonio Flavio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antonio Flavio; PRANDI, Reginaldo, *A realidade social das religiões no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1996. p. 163-191.
- REINA, Morgana. Pentecostalismo e questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, v. 24, n. , p.: 253-275, 2017.
- REIS, Livia; CUNHA, Magali; PESTANA, Matheus; ABREU, Gabrielle (org.). *Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2022.
- RISÉRIO, Antonio. *Identitarismo*. Rio de Janeiro: LVM Editora, 2024.
- ROHDEN, Fabíola. Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente. *Cadernos Pagu*, n. 8/9, p. 51-97, 1997.
- ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas; CARRANZA, Brenda Maribel. Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião* (online), v. 1, p. 936, 2020.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- TRABUCO, Zózimo. *À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismo, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador: Saggá, 2016.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. *Revista Plural: Antropologias desde América Latina y el Caribe*, v. 2, n. 6, p. 123-149, 2020.

VITAL DA CUNHA, Christina; MOURA, João Luiz. Identidades, números e histórias de evangélicos nas eleições 2020. In: VITAL DA CUNHA, Christina; MOURA, João Luiz. (orgs.). *Evangélicos à esquerda no Brasil: entrevistas com lideranças e coletivos nas eleições de 2020*. Rio de Janeiro: ISER, ano 40, n. 73, dez. 2021a. p. 7-11.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. *Debates do NER*, v. 21, p. 13-80, 2021b.

VITAL DA CUNHA, Christina; EVANGELISTA, A. C. Estratégias eleitorais em 2018: o caso das candidaturas evangélicas ao legislativo. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 29, p. 87-100, 2019.

VITAL DA CUNHA, Christina. A pauta racial entre evangélicos na política partidária brasileira. In: MONTIERO, Alef (org.). *Racismo e negritude no pentecostalismo evangélico brasileiro: perspectivas contemporâneas*. São Paulo: EDUSP, 2023.

VITAL DA CUNHA, Christina; MOURA, João Luiz. Esquerda nas eleições municipais 2020: o caso da Bancada Evangélica Popular. Disponível em <https://religioepoder.org.br/artigo/esquerda-nas-eleicoes-municipais-2020-o-caso-da-bancada-evangelica-popular/>. Acesso em 20 fev. 2022.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung-ISER, 2017. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/livro_religiao_e_politica_27_03.pdf. Acesso em 12 nov. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. “Televisão para salvar”: religião, mídia e democracia no Brasil contemporâneo. *Revista Antropolítica*, Niterói, p. 20-48, 1º sem. 2017.

VITAL DA CUNHA, Christina. Ativismo negro e religioso: O caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. *Novos Estudos. CEBRAP*, v. 40, p. 243-259, 2021c.

Declaração de Coautoria: Christina Vital da Cunha declara ter sido responsável pela “concepção do artigo, argumento, apresentação das pesquisas, revisão da literatura especializada, elaboração de roteiros de entrevista, execução das entrevistas, conclusão, captação de recursos para a realização das pesquisas, coordenação da equipe quanti e quali diretamente ligada ao projeto.” João Luiz Moura declara ter sido “assistente das pesquisas coordenadas pela professora Christina Vital”, ter elaborado a “parte introdutória na qual apresentamos o histórico de participação de evangélicos à esquerda no Brasil republicano” bem como ter tomado parte ativamente “na elaboração de roteiros de entrevista, na execução das entrevistas, na produção de dados quantitativos e qualitativos.”

*Minicurrículo do/as Autore/as:

Christina Vital da Cunha. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Docente junto ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisa financiada pela Fundação Heinrich Boll/ISER. E-mail: chrivital10@gmail.com.

João Luiz Moura. Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista (2020). Advogado, Coordenador-Geral na Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. E-mail: joaoluizmourasa@gmail.com.